

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS ANIMAIS

CEDA

4ª Reunião Ordinária

Data: 19 de dezembro de 2017

Local: Auditório da SEMA - Curitiba

Horário: 14:30hs às 17:00hs

Presentes:

Conselheiros: Elzira Jorge Pierre - SEAB; Giselle Nocera - SETI; Daniela Janaína P. Miranda e Rosana Vicente Gnipper - SEMA; Conrad M. Roesel – SEPL; Carolina Marçal Nasseh – SECS – Rosilaine T. D. Mortella – SEED; Paula Linder - SESA; Capitão PM Álvaro Gruntowski - SESP; Sumaia Andraus e Neusa Maria de Olivera - IAP; Eunice L. C. de Souza - IBAMA; Eduardo Carrano - CRBIO; Robson Carlos Klimionte – IKA; Ana Maria Polaquini - SAAU; Lourenço Malucelli – SANAHU; Márcio Chiquito - Assoc. S. Francisco de Assis; Soraya Fonseca Simon – SPAC.

Justificativa de Ausências: Andreia de Paula Vieira - CRMV; Rosamaria Borges V. Feracin - Associação de Proteção e Bem Estar Animal Angelo Picone.

Observadores/ Convidados: Rafael Stedile – CRMV; Ângela S. R. Pauli – IKA; Valdir Donizete de Moraes – Ecoforça.

Pauta:

- boas vindas e apresentação dos presentes;
- aprovação da memória da 2ª reunião ordinária realizada em 27/06;
- Apresentação e análise das contribuições ao esboço da Política Estadual de Direitos Animais (versão suja);
- Informes.

Memória: a conselheira e vice-presidente Daniela Miranda dá boas vindas a todos e inicia a reunião após estabelecimento do quorum.

A Secretária Executiva, Rosana Gnipper, solicita a palavra para explicar sobre a questão do estabelecimento do quorum e apresenta um esboço sobre as instituições que compõem o CEDA. Explica que, conforme o Decreto 5449/2016 e, ainda, o Decreto 6259/2017, o Conselho é formado por 32 instituições, sendo que:

- 9 representam as OSC (uma de cada regional da SEMA, uma da regional de Curitiba, outra do Litoral e outra da Região Metropolitana);
- 6 são representantes de cada Regional da SEMA, mais Curitiba;

- 16 são de outros segmentos: 11 governo estadual; 01 governo federal (Ibama); 03 conselhos de classe e 01 Associação dos Municípios do Paraná.

No entanto, somente 20 instituições, até o momento, enviaram ofício com indicação de seus representantes (19 indicaram titular e suplente e 01 somente titular).

Com isso Rosana conclui que, até o momento, o quorum mínimo é de 11 conselheiros (50%+1). Na realização da 3ª reunião ordinária havia 13 instituições, ou seja, tinha quorum qualificado. O que aconteceu é que foram considerados os titulares e suplentes para estabelecimento do quorum, sendo que deveria ser somente os titulares. Sendo assim, pergunta se as discussões da reunião passada podem ser consideradas e se a memória da reunião da 2ª reunião ordinária pode ser dada por aprovada, uma vez que não houve nenhuma contribuição dos conselheiros para sua melhoria. Compromete-se a fazer a memória da 3ª reunião e enviar a todos.

- aprovação da memória da 2ª reunião ordinária realizada em 27/06.

Os conselheiros consideram aprovada essa memória.

- apresentação e análise das contribuições ao esboço da Política Estadual de Direitos Animais (versão suja).

A Secretária Executiva apresenta em tela a versão suja da proposta para a Política Estadual de Direitos Animais, reiterando que se trata somente de um "esqueleto" básico e que, em análise das contribuições e discussões realizadas na reunião passada, entende que as questões que mais suscitaram dúvidas ou questionamentos foram em relação ao conceito dos animais que a futura lei pretende contemplar.

A algumas falas feitas no sentido de serem incluídas na proposta da lei as questões de risco à saúde humana, Rosana enfatizou que este é um Conselho de Direitos Animais e que se está elaborando uma política para benefício dos animais, sejam eles quais forem que serão incluídos e que teremos que fazer sempre o exercício de nos colocarmos no lugar dos animais para podermos estabelecer seus direitos e atitudes humanas para seu benefício. Que a ótica deste trabalho tem que ser a ótica do animal e não dos benefícios humanos em relação aos animais, sendo óbvio que como consequência da política implantada todos serão beneficiados, pois a boa relação homem-animal estará estabelecida. Rosana ainda reitera que se tem que pensar no

benefício do indivíduo animal em primeiro lugar e não no benefício humano que a existência deste animal possa proporcionar. E que esta é a função primordial deste Conselho e da política ora em elaboração.

Rosana traz uma proposta para agilizar a elaboração da política estadual, sendo que seria tratada, em primeiro lugar, a questão que mais tem provocado problemas aos animais, aos municípios e às OSC que lidam com o tema: a superpopulação de cães e gatos e seus desdobramentos (abandono, maus-tratos, captura e morte, abrigos superlotados, animais silvestres em risco nas áreas de preservação, parques, etc). Propõe que a lei se restrinja a esse tema, inicialmente, sendo complementada na sequência, podendo ser discutida e aprimorada com mais tempo. Essa proposta foi amplamente aceita por todos.

Então, Rosana ficou responsável por preparar uma minuta de lei e enviar a todos, antes da reunião a ser realizada em março/2018.

Vencidos todos os itens da pauta, Daniela encerra a reunião e agradece a presença e esforço de todos para estarem presentes.

Encaminhamentos:

- Rosana ficou responsável por preparar uma minuta de lei e enviar a todos, além da memória da 3ª reunião ordinária.

Subscreve esta memória:

Daniela Janaína Pereira Miranda

Rosana Vicente Gnipper